

# ARCO – SISTEMA ÚNICO DE GESTÃO DE CRÉDITOS

---

João Ricardo Gonçalves Martins



## DECRETO Nº 9.194/2017 E PORTARIA PGF Nº 323/2018

### ✓ REMESSA DE CRÉDITOS PARA A PGF

- Entidades que possuem sistemas informatizados de gestão do crédito: remeterão o crédito e encaminharão o respectivo processo administrativo de constituição por via eletrônica, nos padrões de interoperabilidade definidos em ato do Procurador-Geral Federal (Portaria nº 323/2018) - IBAMA, INSS, ANATEL
- Entidades que não possuem sistemas informatizados de gestão do crédito: adotarão solução tecnológica centralizada, cujo desenvolvimento está sendo coordenado pelo Ministério da Economia

### ✓ PRAZO PARA ADEQUAÇÃO AO SISTEMA

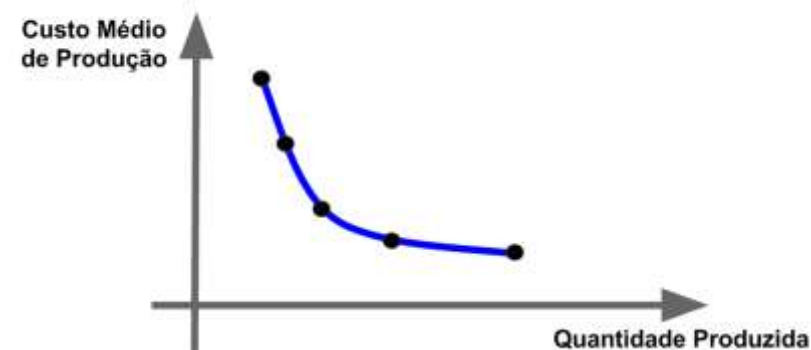
- Entidades que não possuem sistemas informatizados de gestão do crédito terão o prazo de dois anos a partir da publicação do Decreto em epígrafe para adotar a solução tecnológica centralizada disponibilizada pelo Ministério da Economia – **Novembro de 2019**

## POR QUE ADERIR AO ARCO?

- ✓ Atividade-fim x Atividade-meio
- ✓ Quanto custa um sistema de gestão de créditos complexo como o ARCO?
- ✓ Economia de Escala – Aumento de produtividade e redução dos custos proporcionais
- ✓ Ganho de Escala – Uniformidade, eficiência e sinergia operacionais
- ✓ Aperfeiçoamento e integralidade da gestão dos créditos pelas entidades num único sistema - Comunicação com o Sapiens Dívida
- ✓ Aperfeiçoamento no atendimento aos cidadãos – funcionalidades e possibilidades



### Economia de Escala



## DESENVOLVIMENTO DO ARCO



## ENAC – Equipe Nacional de Cobrança

- ✓ Portaria PGF nº 829, de 08 de novembro de 2018 – Regulamenta a ENAC no âmbito da PGF
- ✓ Objetivo: Desterritorializar as atividades relativas à inscrição em dívida ativa, protesto extrajudicial de CDA, conciliação prévia e ajuizamentos de execução fiscal dos créditos de titularidade de todas as autarquias e fundações públicas federais
- ✓ Metas CGCOB/2019- ENAC
  - Aprimorar a gestão dos créditos pela Equipe Nacional de Cobrança (ENAC);
  - Desenvolver ferramenta eletrônica de concessão e manutenção dos parcelamentos;
  - Criar núcleo de conciliação prévia;
  - Iniciar o ajuizamento eletrônico de execuções fiscais via SAPIENS DÍVIDA;
  - Automatizar as inscrições em dívida ativa



## ECOJUDs – Equipes de Cobrança Judicial

- ✓ Portaria PGF nº 944, de 19 de dezembro de 2018 – Regulamenta a criação das ECOJUDs no âmbito das PRFs
  
- ✓ Objetivos pretendidos:
  - Incremento na arrecadação
  - Atuação jurídica uniforme e diferenciada
  - Melhora da qualidade de trabalho dos procuradores e servidores
  - Redução do volume de trabalho
  - Equalização da carga de trabalho
  
- ✓ Metas CGCOB/2019:
  - Ampliar o projeto de Regionalização da Cobrança – ECOJUDs;
  - Expandir a ferramenta tecnológica da ECOJUD da 2ª Região para a ECOJUD da 4ª. ECOJUD 5ª Região(Optimus);
  - Estabelecer cronograma para a implantação das ECOJUDs da 3ª (2019)e 1ª Região (2020).



## E-CAC AGU

- ✓ Projeto da AGU para os primeiros 100 dias do Governo Federal
- ✓ Devedores da União poderão consultar e parcelar seus créditos em Dívida Ativa via atendimento eletrônico
- ✓ Funcionalidades
  - Consulta de créditos
  - Simulação de parcelamento
  - Solicitação de parcelamento
  - Antecipação do pagamento de parcelas
  - Consulta de memória de cálculo de crédito ou parcelamento
  - Geração de GRU para pagamento





## AJUIZAMENTO SELETIVO

---

- ✓ Projeto de Lei 1.646/2019 – Estabelece medidas para o combate ao devedor contumaz e de fortalecimento da cobrança da dívida ativa

Art. 6º. A Procuradoria-Geral Federal, no exercício das atividades de cobrança da dívida ativa, poderá, nos termos de ato do Procurador-Geral Federal:

**I – condicionar o ajuizamento de execuções fiscais à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis, a que tenha acesso, desde úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem executados;**

II – apurar administrativamente a responsabilidade de terceiros, nas hipóteses legais, nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

- ✓ A cobrança judicial dos créditos das autarquias e fundações públicas federais será feita de forma racional e seletiva, ou seja, somente quando houver indícios de bens que satisfaçam a quitação dos mesmos, evitando o ajuizamento de execuções fiscais com ínfimo potencial arrecadatório



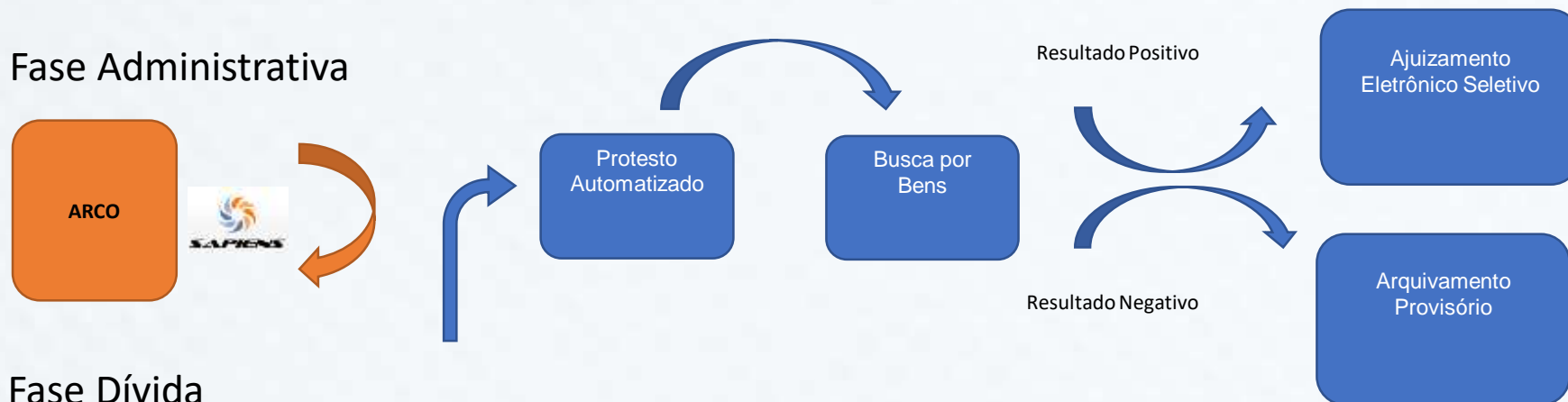
## MP 881, de 30 de ABRIL de 2019

---

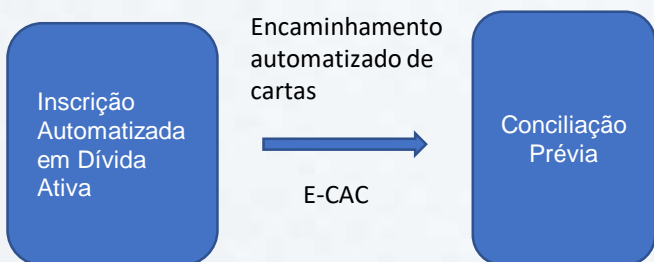
- ✓ Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências.
- ✓ O artigo 14 altera a Lei nº 10522/200:
  - “**Art. 19.** Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexistam outros fundamentos relevantes, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre:
  - “**Art. 19-B.** Os demais órgãos da administração pública que administrem créditos tributários e não tributários passíveis de inscrição e de cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional encontram-se dispensados de constituir e de promover a cobrança com fundamento nas hipóteses de dispensa de que trata o art. 19.
  - “**Art. 19-D.** À Procuradoria-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal aplica-se, no que couber, o disposto nos art. 19, art. 19-B e art. 19-C, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.
  - § 1º Aos órgãos da administração pública federal direta, representados pela Procuradoria-Geral da União, e às autarquias e fundações públicas, representadas pela Procuradoria-Geral Federal, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 19-B.
  - § 2º Ato do Advogado-Geral da União disciplinará o disposto neste artigo.” (NR)

# COBRANÇA AUTOMATIZADA

## Fase Administrativa

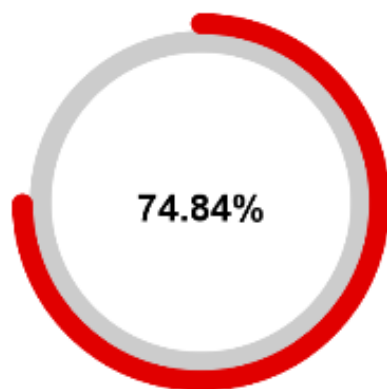


## Fase Dívida



## Visão Geral - 2016 a 2019

% das Autarquias com créditos inscritos



**119**

Autarquias com créditos inscritos

5 autarquias com maior valor de créditos inscritos



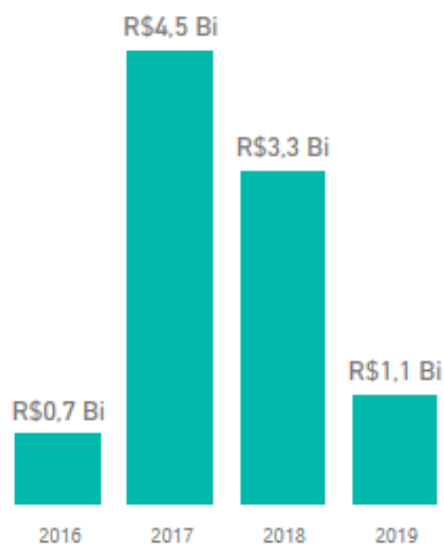
**R\$9,54 Bi**

Valor total de inscrições

**311 Mil**

Créditos inscritos

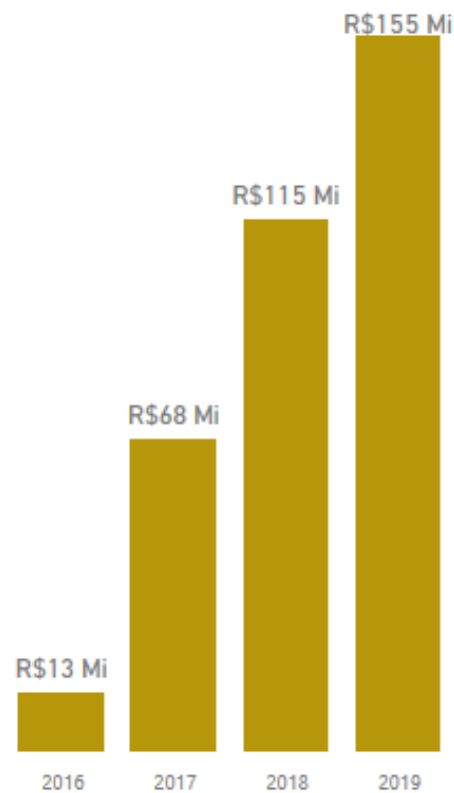
Valor de créditos inscritos por ano



**R\$351,53 Mi**

Total arrecadado

Total arrecadado por ano



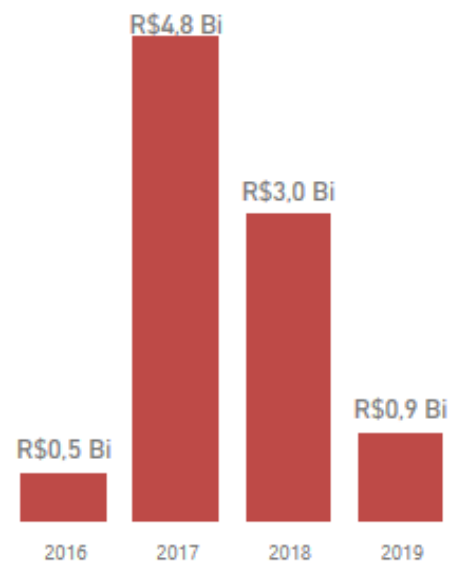
**R\$9,18 Bi**

Valor das execuções fiscais

**58,871 Mil**

Execuções Fiscais

Valor das execuções fiscais por ano



## Inscrição

Ano

2016	2018
2017	2019

97

Autarquias com créditos inscritos

R\$3,29 Bi

Valor total de inscrições

130 Mil

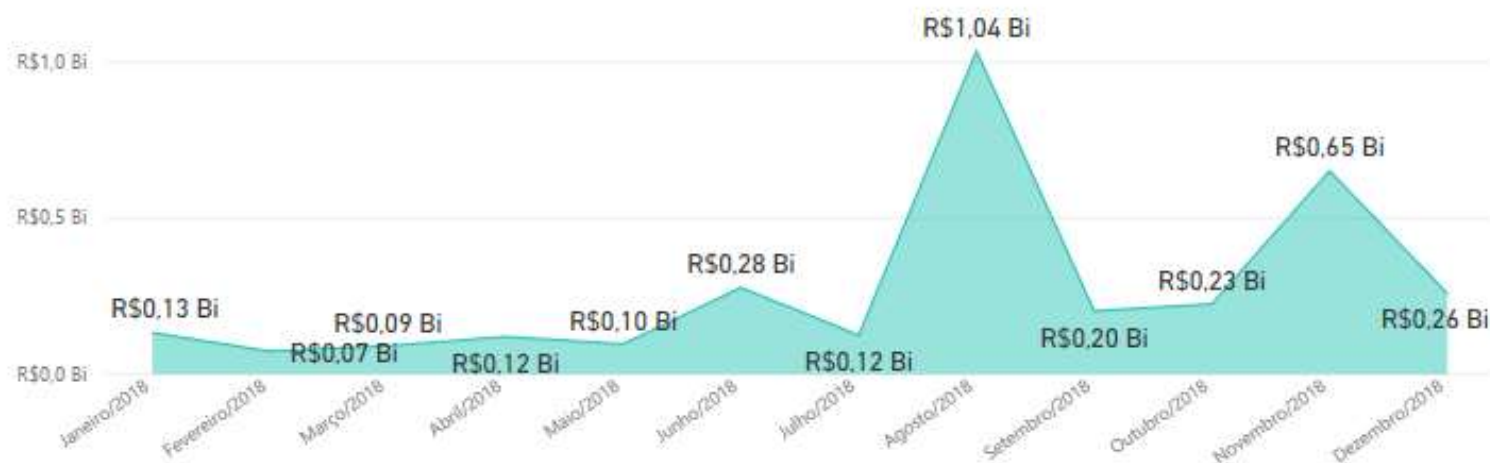
Créditos inscritos

Autarquia

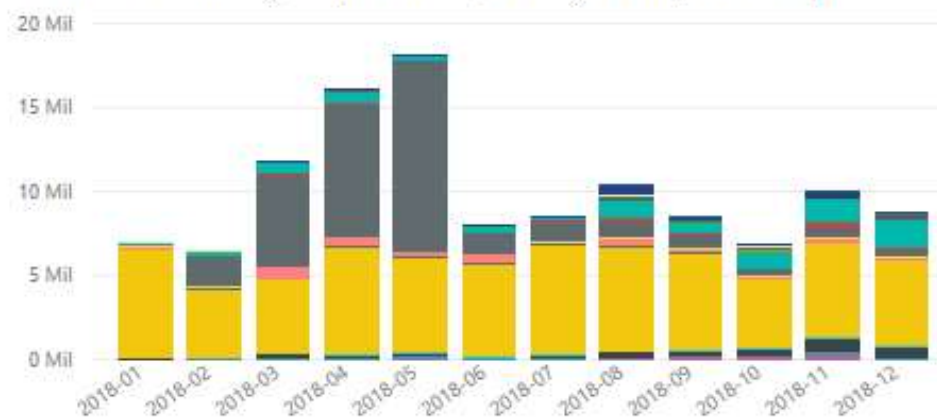
Valor\_inscrito

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP	R\$815.641.027,61
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS	R\$465.906.373,00
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM	R\$438.956.758,64
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	R\$400.129.475,82
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	R\$299.293.806,34
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA	R\$187.629.358,01
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP	R\$138.452.706,13
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	R\$81.856.588,65
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO	R\$76.374.214,84
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL	R\$72.746.693,22
<b>Total</b>	<b>R\$3.288.457.214,70</b>

Valor inscrito de janeiro/18 a abril/19



Números de inscrições por autarquia de janeiro/18 a abril/19



Valor de créditos inscritos por ano



## Execução fiscal

Ano

2016	2018
2017	2019

**R\$9,18 Bi**

Valor das execuções fiscais

**58,871 Mil**

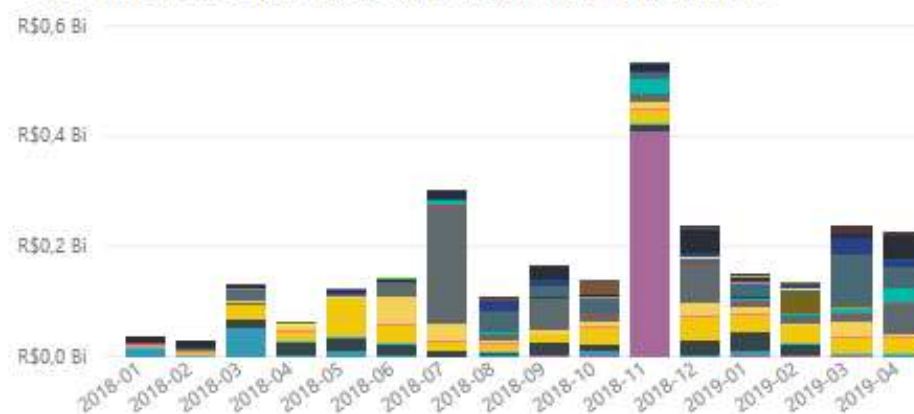
Execuções Fiscais

Autorquia	Valor_execucoes_fiscais
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT	R\$3.752.482.370,24
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP	R\$898.776.187,45
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS	R\$884.147.060,23
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	R\$677.802.238,62
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM	R\$526.342.502,69
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO	R\$468.405.821,01
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP	R\$426.580.241,67
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	R\$425.395.099,14
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA	R\$283.588.368,62
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	R\$190.526.929,72
<b>Total</b>	<b>R\$9.181.383.978,10</b>

Valor inscrito de janeiro/18 a abril/19



Valor arrecadado por autarquia de janeiro/18 a abril/19



Valor das execuções fiscais por Ano



# GESTÃO DO CRÉDITO POR MEIO DO SAPIENS DÍVIDA

Parâmetros:

Data Início: 01-01-2018 00:00:00  
Data Fim: 31-12-2018 00:00:00

nome	valor_inscrito	num_inscricoes	valor_arrecadado_nao_ajuizado_direto	valor_arrecadado_nao_ajuizado_parcelado	valor_arrecadado_ajuizado_direto	valor_arrecadado_ajuizado_parcelado	valor_arrecadado_protestado	num_protestos	num_execucoes_fisc	valor_execucoes_fiscais
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB		0						0	0	
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA		0						0	0	
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	401.213.902,28	1184	916.105,37	105.601,74	1.171.495,44	24.304,93	40.897,60	29	92	417.551.133,25





Obrigado!

---

[joaomartins@agu.gov.br](mailto:joaomartins@agu.gov.br)

PGF   
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL